



PREFEITURA DE
**Alto Alegre
do Pindaré**
Juntos para *fazer muito mais*

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 – CPL/PMAAP

EDITAL

PROCESSO Nº. 325/2025/PMAAP/MA

DADOS DA LICITAÇÃO	
ÓRGÃO LICITANTE: Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA	
OBJETO: Aquisição de material para instalação do sistema de videomonitoramento da cidade para atender as necessidades do município de Alto Alegre do Pindaré - MA	
ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, através do Portal Compras Públicas.	
DATA E INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA: 12/02/2026, às 15:00hs	
Sistema Eletrônico Utilizado: Compras Públicas	
Endereço Eletrônico: http://www.licitaap.com.br/	
Endereço para retirada do Edital: http://www.licitaap.com.br/	
VALOR TOTAL ESTIMADO:	Valor Total: R\$ 1.064.079,39 (um milhão sessenta e quatro mil setenta e nove reais e trinta e nove centavos)
NATUREZA DO OBJETO:	Aquisição de Bens/ Aquisição de material para instalação do sistema de videomonitoramento da cidade para atender as necessidades do município de Alto Alegre do Pindaré - MA
PARTICIPAÇÃO – MEI / ME / EPP	Ampla Participação
PRAZO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS ADEQUADAS/DOCUMENTAÇÃO: até 02 (duas) horas	
CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	POR GRUPO, para os grupos: LOTES, observadas as condições definidas neste Edital e anexos.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO E INTERVALO DE LANCES	Menor Preço: Intervalo de R\$ 10,00 (dez reais)
MODO DE DISPUTA	Aberto
INFORMAÇÕES	
Ato de Designação do Agente de Contratação/Pregoeiro: Portaria nº 075/2025, publicada no Diário Oficial do Município do dia 09 de janeiro de 2025.	
Autoridade Competente/Homologadora: José Francinete Bento Luna, Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA	
Endereço: Av. João XXIII, S/N, Centro, Alto Alegre do Pindaré-MA, CEP 65.072-130.	



P R E F E I T U R A D E
**Alto Alegre
do Pindaré**
Juntos para *fazer muito mais*

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 – CPL/PMAAP

EDITAL

PROCESSO Nº. 325/2025/PMAAP/MA

O **MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA**, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.832/0001-21, sediada na Av. João XXIII, S/N - Centro, Alto Alegre do Pindaré/MA, CEP nº 65.398-000, por intermédio de sua **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO**, e pelo seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 075/2025, publicada no Diário Oficial do Município em 09 de Janeiro de 2025, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **Menor Preço por LOTE**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, e demais normas pertinentes à espécie.

Data da sessão: 12/02/2026.

Horário: 15h00min

Local: Portal Compras Públicas: <http://www.licitaaap.com.br/>

17. DO OBJETO

17.4. O objeto da presente licitação é Aquisição de material para instalação do sistema de videomonitoramento da cidade para atender as necessidades do município de Alto Alegre do Pindaré - MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

17.5. A licitação será dividida em **2 (dois) lotes**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes for de seu interesse.

18. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

18.4. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrados no Portal Compras Públicas, por meio do sítio <http://www.licitaaap.com.br/>.

18.4.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

18.4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

18.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor



familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

18.6. Não poderão disputar esta licitação:

18.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

18.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

18.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

18.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

18.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

18.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

18.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

18.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

18.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

18.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

18.6.11. Integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

18.6.12. Cujo proprietários e/ou sócios exerçam mandato eletivo capaz de ensejar os impedimentos previstos nos arts. 29, inciso IX com 54, I, "a" e II, "a", da Constituição Federal.

18.7. O impedimento de que trata o item 18.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

18.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 18.6.2 e 18.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

18.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

18.10. O disposto nos itens 18.6.2 e 18.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

18.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

18.12. A vedação de que trata o item 18.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



19. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

19.4. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

19.5. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item 24.6.1 deste Edital.

19.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

19.6.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

19.6.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

19.6.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

19.6.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

19.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

19.8.1. Se for o caso, no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

19.8.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

19.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 19.6 ou 19.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

19.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

19.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

19.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



19.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

19.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

19.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

20. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

20.4. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, bem como enviar pelo sistema, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com o seguinte conteúdo, de apresentação obrigatória:

20.4.1. Descrição completa do objeto da presente licitação, com indicação dos ITENS cotados, em especial a marca do produto, em conformidade com as especificações do Termo de Referência – ANEXO I deste Edital;

20.4.2. Descrição completa do objeto da presente licitação, com indicação dos ITENS cotados, em especial a marca do produto, em conformidade com as especificações do Termo de Referência – ANEXO I deste Edital;

20.4.3. Preço unitário e o valor total da proposta. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a execução do objeto da presente licitação;

20.4.4. Prazo de validade da proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão de abertura dos Envelopes;

20.4.5. Prazo de entrega: de acordo com Termo de Referência

20.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

20.5.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

20.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

20.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

21. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

21.4. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

21.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

21.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

21.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



21.8. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

21.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

21.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

21.11. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

21.12. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

21.13. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

21.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

21.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

21.14.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

21.14.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

21.14.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

21.14.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

21.15. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

21.15.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de dez minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

21.15.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

21.15.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

21.15.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

21.15.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

21.16. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

21.16.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 21.16, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.



21.16.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

21.16.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

21.16.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

21.16.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

21.16.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

21.17. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

21.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

21.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

21.20. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

21.21. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

21.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

21.23. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

21.23.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

21.23.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

21.23.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

21.23.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

21.24. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

21.24.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

21.24.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



21.24.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

21.24.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

21.24.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

21.24.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

21.24.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

21.24.2.2. empresas brasileiras;

21.24.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

21.24.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

21.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

21.25.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

21.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

21.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

21.25.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

21.25.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

21.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

22. DA FASE DE JULGAMENTO

22.4. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 18.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

22.4.1. SICAF;

22.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

22.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

22.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

22.6. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)



22.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

22.6.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

22.6.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

22.7. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

22.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 19.8 deste edital.

22.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

22.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

22.10.1. contiver vícios insanáveis;

22.10.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

22.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

22.10.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

22.10.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

22.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, o que poderá ensejar a desclassificação da proposta pelo pregoeiro.

22.11.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, poderá ser considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

22.11.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

22.11.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

22.12. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

22.12.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

22.12.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;

22.12.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

22.12.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

22.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta. Há depender da urgência e necessidade de imediata contratação, o pregoeiro poderá desclassificar sumariamente a proposta tida como inexequível.

22.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.



22.14.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

22.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

22.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

22.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

22.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

22.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

22.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

22.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

22.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

23. DA FASE DE HABILITAÇÃO

23.4. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, a saber:

23.5. **Habilitação Jurídica**, que será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

23.5.1. Cédula de identidade do empresário ou de todos os sócios;

23.5.2. Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;

23.5.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado de todas suas alterações, devidamente registrados, em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;

23.5.4. No caso de Sociedades simples o ato constitutivo inscrito no Cartório Civil (Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos) acompanhado da prova de Diretoria em exercício;

23.5.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



23.6. Regularidade Fiscal, que será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

23.6.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

23.6.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (Sintegra/MA - Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços) ou equivalente da sede do licitante, exceto para àquelas empresas que tem a sua Atividade Comercial exclusivamente de Prestação de Serviços;

23.6.3. Cartão ou documento equivalente que conste Inscrição Municipal, que poderá ser substituído pelo Alvará de Localização e Funcionamento.

23.6.4. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

23.6.5. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, comprovando a regularidade perante a Fazenda Pública Federal;

23.6.6. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual, exceto para àquelas empresas que tem a sua Atividade Comercial exclusivamente de Prestação de Serviços.

23.6.7. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual, exceto para àquelas empresas que tem a sua Atividade Comercial exclusivamente de Prestação de Serviços.

23.6.8. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativa à atividade econômica, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal.

23.6.9. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal.

23.6.10. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

23.6.11. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho ou Conselho Superior da Justiça do Trabalho ou Tribunais Regionais do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

23.7. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal relacionadas no item 7.3, mesmo que esta apresente alguma restrição, assegurado, todavia, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 42, §1º, LC 123/06).

23.8. Este benefício será concedido somente às empresas que obtiveram o benefício de ME ou EPP.

23.9. A não-regularização da documentação, no prazo previsto neste item 7.4, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021. Neste caso, será facultado à Administração convocar licitantes remanescentes, ocasião em que será assegurado o exercício do direito de preferência às demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujas Propostas estiverem no intervalo de empate previsto no item 5.20.2.

23.10. Qualificação Econômico-Financeira, que será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

7.7.1. Certidão negativa de falência recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II) ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de



emissão não superior a 60 (sessenta) dias anteriores à data da abertura da sessão, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

7.7.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi homologado judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

7.7.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

7.7.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.7.5. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º);

7.7.6. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

7.7.7. As empresas que apresentarem resultado menor do que o exigido deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, de acordo o artigo 69 da lei 14.133/21

7.7.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

7.7.9. São definidos como documentos complementares ao balanço patrimonial e necessários à comprovação da qualificação econômico-financeira o termo de abertura e encerramento do livro caixa, demonstração de resultado de exercício e notas explicativas, nos termos do art. 69, I, da lei 14.133/21.



23.11. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

23.12. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

24. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia;

24.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

24.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

24.6. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

24.6.1. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo a ser fixado;

24.6.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

24.7. A verificação da habilitação ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

24.7.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

24.7.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

25. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

25.4.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

25.4.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

26. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



27. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital;

28. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

29. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

30. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

30.4. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

30.5. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

30.6. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverá ser realizada exclusivamente por meio do Portal Compras Públicas.

30.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

30.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

30.8. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

31. DOS RECURSOS

31.4. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

31.5. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

31.6. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

31.6.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

31.6.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

31.6.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

31.6.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

31.7. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

31.8. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



- 31.9. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 31.10. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 31.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 31.12. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 31.13. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do órgão promotor da licitação, ou poderá ser encaminhado via e-mail no caso de impossibilidade de realizar o upload no site.

32. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 32.4. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 32.4.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 32.4.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 32.4.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 32.4.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 32.4.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 32.4.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 32.4.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 32.4.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 32.4.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 32.4.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 32.4.5. fraudar a licitação
- 32.4.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 32.4.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 32.4.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 32.4.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 32.4.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 32.4.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 32.5. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 32.5.1. advertência;
- 32.5.2. multa;
- 32.5.3. impedimento de licitar e contratar e
- 32.5.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 32.6. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 32.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 32.6.2. as peculiaridades do caso concreto
- 32.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 32.6.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública



32.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

32.7. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

32.7.1. Para as infrações previstas nos itens 32.4.1, 32.4.2 e 32.4.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

32.7.2. Para as infrações previstas nos itens 32.4.4, 32.4.5, 32.4.6, 32.4.7 e 32.4.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

32.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

32.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

32.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 32.4.1, 32.4.2 e 32.4.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

32.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 32.4.4, 32.4.5, 32.4.6, 32.4.7 e 32.4.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 32.4.1, 32.4.2 e 32.4.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

32.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 32.4.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

32.13. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

32.14. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

32.15. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

32.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

32.17. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

33. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

33.4. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

33.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil



subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

33.6. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

33.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

33.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

33.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

33.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

33.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

33.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

33.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na plataforma do pregão eletrônico, e no portal de transparência do Município.

33.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I - Termo de Referência
- Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
- ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
- ANEXO III – Declaração conjunta

Alto Alegre do Pindaré (MA), 26 de janeiro de 2026.

FRANCIVALDO REIS DA SILVA

Secretário Municipal de Obras e Urbanismo



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

1.1. Aquisição de material para instalação do sistema de videomonitoramento da cidade para atender as necessidades do município de Alto Alegre do Pindaré - MA

2 – JUSTIFICATIVA

A aquisição de sistemas de videomonitoramento, com fornecimento dos equipamentos e execução dos serviços de instalação, mostra-se necessária e devidamente justificada diante das atribuições legais da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré, que possui o dever de promover a segurança, a ordem pública e a proteção do patrimônio sob sua responsabilidade.

A ausência de sistemas de monitoramento eletrônico em diversos pontos estratégicos do município limita a capacidade da Administração Pública de acompanhar, prevenir e responder de forma eficiente a ocorrências que possam comprometer a segurança da população, dos servidores públicos e dos bens municipais. Tal situação dificulta a adoção de medidas preventivas, o apoio às forças de segurança e a produção de registros que auxiliem em apurações administrativas e judiciais.

A implantação de um sistema de videomonitoramento moderno e integrado permitirá o acompanhamento contínuo de áreas de grande circulação e relevância social, contribuindo para a inibição de práticas ilícitas, a redução de danos ao patrimônio público e a melhoria da sensação de segurança dos munícipes. Ademais, as imagens captadas servirão como importante instrumento de apoio à gestão municipal, possibilitando maior controle, fiscalização e planejamento de ações preventivas.

Ressalta-se que a contratação contempla não apenas o fornecimento dos equipamentos, mas também os serviços de instalação, configuração e testes operacionais, assegurando o pleno funcionamento do sistema e a adequada aplicação dos recursos públicos, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

Dessa forma, a aquisição e instalação dos sistemas de videomonitoramento atendem a uma necessidade real e atual da Administração Municipal, sendo medida indispensável para o



fortalecimento das políticas públicas de segurança urbana, melhoria da gestão dos espaços públicos e promoção do bem-estar coletivo, justificando plenamente a realização do procedimento de contratação pretendido.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

MATÉRIAS PARA INSTALAÇÃO

Numero	PRODUTO	UNIDADE	Valor Unitário	Valor total
01	CÂMERA BULLET IP VIP FULL HD 1230P INTELBRAS (Sensor de imagem 1/2.7" 2 megapixels CMOS Obturador eletrônico Automático Manual: 1/3s ~ 1/100.000s Pixels efetivos 1920 (H) x 1080 (V) Iluminação mínima 0,1 lux/F2.0 (Colorido, 1/3s, 30IRE) 0 lux/F2.0 (IR ligado) Relação sinal-ruído >50 dB Controle de ganho Automático/ Manual Balanço do branco Automático/ Natural / Externo Automático / Exterior / Manual / Personalizado Compensação de luz de fundo BLC/ HLC/ DWDR (60dB) Perfil Dia & Noite Automático (ICR) /Colorido/ Preto e Branco. Modos de vídeo Automático (ICR) /Colorido/ Preto e Branco Detecção de vídeo Até 4 regiões de detecção Lente Distância focal 3.6mm 2.8 mm Abertura máxima F2.0 Ângulo de visão H: 82° / V: 45° H: 102° / V: 55° Tipo de lente Fixa Alcance IR 30 metros IR inteligente Sim Comprimento de onda LED IR 850 Tipo de montagem Montada em placa Vídeo Compressão de vídeo H.264/ H.264B/ H.264H/ H.265/ MJPEG ¹ Compressão Inteligente Sim Resolução de imagem 2MP (1920x1080) / 16:9 1.3M (1280x960) / 4:3 1M (1280x720) / 16:9 D1 (704x480) / 22:15 VGA (640x480) / 4:3 CIF (352x240) / 22:15 Foto Até 1 foto por segundo Formato do vídeo NTSC Taxa de bit H.264: H.265:MJPEG: Taxa de frames 1 ~ 30 FPS Rede Interface RJ45 (10/100BASE- T) Máximo 24 Mbps Protocolos e serviços suportados TCP/IP, UDP, IPv4, IPv6, DHCP, ARP, ICMP, DNS, DDNS, RTSP, RTCP, HTTP, Filtro IP, SMTP, SSL, TLS, IGMP, FTP (modo passivo), NTP, RTP, Onvif, Intelbras Serviços DDNS Intelbras DDNS , DDNS No-IP®, DynDNS®.	90 UNID	R\$ 3.097,00	R\$ 278.730,00
02	CAMERA IP SPEED DOME VIP3225 SD INTELBRAS - Quantidade de streams 3/ Resolução de imagem 2MP (1920x1080) / 16:9 1.3MP (1280x960) / 4:3 1MP (1280x720) / 16:9 D1 (704x480) / 22:15 CIF (352x240) / 22:15/	5 UNID	R\$ 27.404,00	R\$ 137.020,00



	Aplicações e monitoramento Interface Web, Intelbras SIM Next, Intelbras IP Utility, ISIC e Defense IA / Natural/ Externo automático/ Saída de vídeo Conector RJ – 45 Ethernet (8P8C)/ Alimentação DC 12V/5A, Poe Ativo (802.3at).			
03	HD 4 TERABYTE (Disco rígido especial para segurança eletrônica » Operação 24 horas por dia 7 dias por semana » Estabilidade na gravação de dados » Velocidade de disco controlada » Dissipação de calor otimizada » Baixo consumo de energia e nível de ruído » Compatível com as principais marcas de CFTV » 3 anos de garantia. MTBF (horas) ³ 1.000.000. Taxa de carga de trabalho anual 4 180 TB/ano. Ciclos de carga/descarga 5 300.000. Taxa de erros (não recuperáveis). Consumo operacional 5,3 W. Consumo ocioso 4,9 W. Modo Stand by e Sleep 0,4 W).	03 UNID	R\$ 8.010,00	R\$ 24.030,00
04	GRAVADOR DIGITAL DE VIDEO NVD 32CH INTELBRAS (Sistema Processador Principal Microprocessador dual core de alto desempenho Sistema operacional Linux® embarcado Entrada de vídeo Suporte para câmeras IP 32 Protocolos suportados INTELBRAS-1 e Onvif Perfil S Suporte a fluxos de video simultâneos (streams) de uma mesma câmera 3 Suporte à câmeras de outras marcas ¹ Onvif Perfil S Áudio Entrada para áudio 1 canal, RCA. Saída para áudio 1 canal, RCA Suporte à câmeras IP com áudio 32 Compressão de áudio suportado G.711 e AAC Visualização Saídas de vídeo 1 HDMI e 1 VGA Resoluções suportadas no monitor HDMI 1 1920 × 1080, 1280 × 1024, 1280 × 720 Resoluções suportadas no monitor	03 UNID	R\$ 19.760,00	R\$ 59.280,00
05	CABO DROP FIBRA OPTICA (Número de fibras Tipo de fibra Revestimento da fibra Elemento de sustentação 1 a 12 fibras Primário Aramida Diâmetro externo nominal (mm) Até 6 fibras Massa nominal (kg/km) 5,0x9,4mm 12 fibras 5,2x9,4mm Capa Externa Com proteção anti - UV Tubo Loose Capa em plástico de engenharia preenchido com geléia Elemento de tração Arame metálico Ø1,3mm Cordão de rasgamento Colocado sob a capa do cabo Grau de proteção do cabo COG Até 6 fibras 50 12 fibras 51. MECÂNICAS E AMBIENTAIS Valor ESFORÇO 10 100 Unidade Óptica Tração (Kg) Compressão (Kg) 150 75 -20 a +65 Vão máximo para flecha de 1% (m) 80 Temperatura de operação (°C) Curvatura Na instalação (mm) Em operação (mm) Torção 10 ciclos Figura 8 125 Tipo de fibra óptica Comprimento da onda Acréscimo ou variação (máx) Medida (mn) Coeficiente de atenuação Atenuação (dB) (dB/Km) Multimodo Monomodo 1310 ± 20 1550 ± 20 0,4 0,6 0,6 0,4).	8 KM	R\$ 3.805,00	R\$ 30.440,00



06	CABO LAN CAT6 e 100% COBRE (Resistência elétrica (20°C) 93 Ω/km Impedância característica 100±15Ω Velocidade de propagação nominal 68% Desequilíbrio resistivo médio 3,6% Capacitância mútua 4,9 nF/m Desequilíbrio Capacitivo 330 pF/m IL5CYY IMPACT LAN UTP CAT5e 4P Cabo U/UTP LAN para redes de dados categoria CAT.5e » 8 vias de cobre 24 AWG; » Frequência de operação: até 100 MHz; » Impedância 100 Ohms; » Classificação frente à chama CMX 70°C; » Condutores sólidos de cobre; » Capa isolante em PVC; » Sem blindagem; » Uso interno. Especificações técnicas Código IL5CYY Modelo IMPACT LAN UTP CAT5e 4P Aplicação Redes de transmissão de dados e CFTV IP Isolamento do condutor PVC com diâmetro nominal de 0,90mm Condutores Cobre 24 AWG Capa PVC retardante a chama CMX 70°C intelbras.com.br Características de transmissão Frequência Atenuação (dB/100m) máximo RL (dB/100m) mínimo Next (dB/100m) mínimo PSNEXT (dB/100m) mínimo ELFEXT (dB/100m) mínimo PSELFEXT (dB/100m) mínimo PROPAGAÇÃO Delay máximo 1 MHz 2,0 20,0 65,3 62,3 63,8 60,8 509,30 4 MHz 4,1 23,0 56,3 53,3 51,8 48,8 486,18 8 MHz 5,8 24,5 51,8 48,8 45,7 42,7 483,58 10 MHz 6,5 25,0 50,3 47,3 43,8 40,8 482,78 16 MHz 8,2 25,0	03 CAIXAS (305 METROS CADA CAIXA)	R\$ 2.915,00	R\$ 8.745,00
07	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE FIBRA OPTICA Placas De Identificação Fibra Óptica Tamanho 9cm x 5cm(norma ABNT) Material do produto: PS de alto impacto com tratamento ANTI-UV e alta solidez a luz.	01 CAIXAS	R\$ 2.412,00	R\$ 2.412,00
08	ROTEADOR TECNOLOGIA MESH TP-LINK EX510 DUAL BAND AX3000 O uso de Wi-Fi 6 (802.11ax) e seus recursos, incluindo OFDMA e 1024-QAM, exigem que os clientes também suportem os recursos correspondentes. Wi-Fi 6 Dual Band AX3000: 2402 Mbps (5 GHz) + 574 Mbps (2,4 GHz).	01 UNID	R\$ 3.853,00	R\$ 3.853,00
09	CABO PP 1.5mm 3 VIAS (Flexível, 3x1.5mm, rolo de 100 metros, tamanho LxAxP/cm 38x10x38cm)	5 CAIXAS (100 METROS CADA CAIXA)	R\$ 2.850,00	R\$ 14.250,00
10	NOBREAK 1800VA 220V (Potência nominal de pico 1800 VA / 600 W. Tensão nominal de entrada 220 V~.Variação da tensão 165-265 V~. Frequência 60 Hz. Disjuntor 10 A. Cabo de força Cabo de 1,2 m com plugue tripolar de acordo com a norma NBR 14136. Frequência no modo Bateria 50 / 60 Hz ±1 Hz. Tomada (NBR 14136)6 tomadas de 10 A. Proteção contra sub/sobretensão Passa a operar no modo Bateria. Proteção contra sobrecarga nasaída Modo Rede: fusível rearmável Modo Bateria:	01 UNID	R\$ 7.005,00	R\$ 7.005,00



	limitador de corrente interno. Bateria interna Selada chumbo-ácido (VRLA). Quantidade e capacidade 2 x 12 V 7 Ah. Barramento 24 V. Corrente de carga 1 A. Tempo de carga sem bateria externa Até 10 h. Dimensões (L x A x P) 149 x 162 x 353 mm. Peso 7,89 kg.			
11	CAIXA MULTIUSO HERMÉTICA PT GRANDE (Material anti-chama (não propaga o fogo). PP com proteção UV e estabilizador térmico. Travamento manual Flip ToP. Sistema de proteção contra violação. Sistema de vedação 100% segura de chuva. Grau de proteção IP 65)	29 UNID	R\$ 2.510,00	R\$ 72.790,00
12	Cinta BAP3 ajustável com parafuso slin 1200MM (DESCRIÇÃO LARGURA ESPESSURA) Fabricada em aço galvanizado a fogo, Comprimento: 120 cm x Largura: 3cm x Espessura: 2mm (33 furos)	29 UNID	R\$ 855,00	R\$ 24.795,00
13	CONECTORES FIBRA SC/UPC SM ROSCA (Insertion Loss dB ≤ 0,3 (1310nm e 1550nm) Return Loss dB ≤ -40 Força da fibra nua N > 5 Força do revestimento N > 10 Torsão N > 50 Resistência a tração dB IL ≤ 0,2 e RL ≤ 5 Durabilidade mecânica (500x) dB IL ≤ 0,2 e RL ≤ 5 Temperatura de operação °C -5 a +70 Temperatura de armazenamento °C -40 a +85. Em conformidade com o Requisito ANATEL Categoria III Em conformidade com a norma internacional IEC 61754-4).	100 UNID	R\$ 112,00	R\$ 11.200,00
14	RACK 8U PAREDE (Tamanho 8U Padrão 19 Polegadas Dimensão Externas (L x A x P) 550 x 422 x 570 mm Distância entre perfis de fixação (mínimo e máximo) 292 mm e 380 mm Dimensões Perfil de Fixação Conformenorma IEC297 e DIN 41494 Peso 13,14 Kg Estrutural Porta Acrílico e Fecho com Chave Abertura Direita ou Esquerda Material Aço SAE 1008).	01 UNID	R\$ 12.400,00	R\$ 12.400,00
15	TV 60" FULL HD Tecnologia: FULL HD LED. Polegadas: 60. Recursos: Smart Sistema operacional: Android. Conectividade: Wi-Fi. Entradas: 01 Porta LAN - 02 HDMI - 01 USB - Entrada Vídeo/Entrada de áudio estéreo/mono - Entrada ANT/CABLE. Frequência: 60Hz. Processador: 4 Core. Tela: Formato da tela WideScreen. Ângulo de visão: 178°. Vida útil do painel 30.000 horas Diagonal visual 101cm. Imagem Número de cores 16.7M. Recursos de imagem - Dinâmico - Padrão - Esporte - Filme - Smart HDR. Recursos de vídeo - Ajustes de contraste - Brilho - Cor - Contraste dinâmico. Tempo de resposta 8,5 Sistema de cor RGB Conversor digital integrado. INMETRO 5816/201.	06 UNID	R\$ 30.100,00	R\$ 180.600,00
16	PLACA METRO DE FIBRA 2 PORTAS COM 4 SAIDA RJ45 Switch Placa Rede Metro Giga Gigabit 1000mb Gbic A B-2p j45/PlacaMetro Switch Giga para Rede Metro Versão 2.0; 8 Portas RJ45	24 UNID	R\$ 1.654,00	R\$ 39.696,00



	Gigabit com LEDs; 2 Gbics integrados de 20KM; Compatível com Conversores de Mídia Fast (/100Mbps) e Giga (/1000Mbps); Alimentação: 5v*2A até 12v*2A, fonte Plug P4; Capacidade: 1.25 Giga			
17	SUPORE DA CAMERA SPEED DOME - KL	5 UNID	R\$ 1.724,00	R\$ 8.620,00
18	PLACA METRO DE FIBRA 2 PORTAS 2 SAIDA RJ45 Switch Placa Rede Metro Giga Gigabit 1000mb Gbic A B-2p j45/PlacaMetro Switch Giga para Rede Metro Versão 2.0; 8 Portas RJ45 Gigabit com LEDs; 2 Gbics integrados de 20KM; Compatível com conversores de Mídia Fast (/100Mbps) e Giga (/1000Mbps); Alimentação: 5v*2A até 12v*2A, fonte Plug P4; Capacidade: 1.25 Giga	6 UNID	R\$ 1.464,00	R\$ 8.784,00
19	PC COMPLETO PC Completo Processador Intel I5 3ª 16gb Ssd 420gb Gt420 4gb; monitor de 19 pol., teclado, mouse.	01 UNID	R\$ 16.027,00	R\$ 16.027,00
20	SUPORE TV 60	05 UNID	R\$ 1.055,00	R\$ 5.275,00
21	CONECTOR RJ45 E OUTROS	100 UNID	R\$ 17,00	R\$ 1.700,00
22	FONTE 5V 1A	35 UNID	R\$ 467,00	R\$ 16.345,00
23	FONTE 12V 2A	35 UNID	R\$ 669,00	R\$ 23.415,00
24	BATERIA FREEDON DF4000 12V 240AH - PP	1 UNID	R\$ 10.895,00	R\$ 10.895,00

MAO DE OBRA ESPECIALIZADA				
Numero	PRODUTO	UNIDADE	Valor Unitário	Valor total
01	LANÇAMENTO DE FIBRA	8 KM	R\$ 8,60	R\$ 68,80
02	Instalação CAMERA BULLET	90 UNID	R\$ 525,00	R\$ 47.250,00
03	Instalação CAMERA SPEED	5 UNID	R\$ 568,00	R\$ 2.840,00
04	CONFIGURAÇÃO NVR 32 (	3 UNID	R\$ 257,33	R\$ 771,99
05	Instalação PC COMPLETO + configuração do sistema e instalação de programas necessários	1 UNID	R\$ 350,67	R\$ 350,67
06	Instalação dos HD's	3 UNID	R\$ 214,33	R\$ 642,99
07	Instalação CAIXA HERMETICA	29 UNID	R\$ 165,00	R\$ 4.785,00
08	Instalação PLACA METRO 2	6 UNID	R\$ 116,67	R\$ 700,02
09	Instalação PLACA METRO 4	24 UNID	R\$ 116,33	R\$ 2.791,92
10	Instalação FONTE 5V 1 A	35 UNID	R\$ 74,00	R\$ 2.590,00
11	Instalação FONTE 12V 2 A	35 UNID	R\$ 76,00	R\$ 2.660,00
12	Instalação BATERIA FREEDON	1 UNID	R\$ 321,00	R\$ 321,00

5 – DA JUSTIFICATIVA DO TIPO DA LICITAÇÃO – MENOR PREÇO POR LOTE



5.1. Inicialmente é necessário trazer a diferença entre licitação por itens e licitação por lotes, sendo que na primeira o objeto é dividido em partes específicas, cada qual representando um bem de forma autônoma. Por sua vez, na segunda há o agrupamento de diversos itens que formarão o lote.

5.2. Destaca-se que para a definição do lote a Administração deve agir com cautela, razoabilidade e proporcionalidade para identificar os itens que o integrarão, pois os itens agrupados devem guardar compatibilidade entre si, observando-se, inclusive as regras de mercado para a comercialização dos produtos, de modo a manter a competitividade necessária à disputa.

5.3. Em determinados casos não é adequado o agrupamento de itens que, embora possuam o mesmo gênero, são produzidos e comercializados de forma diversa, de modo a ampliar a competitividade e obter o menor preço possível. Todas as peculiaridades envolvidas devem, então, ser avaliadas.

5.4. Tem-se que a regra é a realização de licitação por itens, exigindo-se justificativa adequada para a realização de certame por lotes, bem como a demonstração da vantagem dessa.

5.5. Nesse viés, as aquisições por parte de instituições públicas devem ocorrer por itens, todavia, no caso de opção de aquisição por lotes a composição destes deve ter justificativa plausível, observando os critérios administrativo, técnico e econômico.

5.6. Nesse interim, levando à luz do caso concreto, é vantajoso administrativamente a partir do momento em que se diminui a morosidade do processo licitatório, bem como, facilita no gerenciamento contratual, gerando diminuição no quantitativo de contratos a serem formalizados.

5.7. Além disso, a licitação por item, sem atrativo comercial, pode resultar em licitações desertas, frustradas ou grandes dores de cabeça na gestão contratual, vez que,

fornecedores obrigados a entregar produtos com baixa materialidade, diante dos custos logísticos, sobretudo de transporte, podem desistir da entrega ou, no mínimo, impor resistência ao fornecimento.

5.8. Ademais, a compra por lote propicia em uma diminuição nos riscos inerentes à própria execução, pois, não restam dúvidas, o objeto pretendido, quando executado por vários contratados, poderá não ser integralmente entregue, tendo em vista problemas nas relações jurídicas mantidas com diversos contratados.

5.9. A outro tanto, no que tange ao critério técnico, também, está previsto, tendo em vista que, inicialmente afastou a inclusão de lote único, o que restringiria a participação, além de fazer a divisão de forma racional, levando em consideração um critério específico de aglutinação, qual seja similaridade entre os objetos assim agregados, com vistas a possibilitar a utilização de critério uniforme para a aplicação dos descontos alcançados.

5.10. Desta feita, só é será indevido o julgamento de menor preço por lote, quando for prejudicial a competitividade e quando for recomendável a divisão em vários objetos. Quando a aglutinação se dá por justificativas técnicas, como impedir prejuízos ao conjunto da contratação ou mesmo evitar perda de economia de escala, ela será lícita, o que restou perfeitamente previsto no caso concreto.

5.11. No que tange ao critério Econômico, a licitação do tipo menor preço por lote há um grande ganho para a Administração na economia de escala, que aplicada no caso em tela, ou seja, na aquisição de peças, implica em aumento de quantitativos significativos e, consequentemente, uma redução de preços a serem pagos pela Administração.

5.12. Nessa senda, o Acórdão TCU 5.260/2011-1C, atestou que não é ilegal o pregão por lotes, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem correlação entre si.

5.13. O TCU exige é a adequada justificativa para o agrupamento. É o que ficou claro no Acórdão 539/2013-P: “é preciso demonstrar as razões técnicas, logísticas,



econômicas ou de outra natureza que tornam necessário promover o agrupamento como medida tendente a propiciar contratações mais vantajosas, comparativamente à adjudicação por item”.

5.14. Nesse sentido, também, a orientação firmada pelo então Ministro do TCU, José Jorge, segundo o qual: “a adjudicação por grupo ou lote não é, em princípio, irregular, devendo a Administração, nesses casos, justificar de forma fundamentada, no respectivo processo administrativo, a vantagem dessa opção”.

5.15. Desta feita, no caso dos autos, razões para essa justificativa já foram abordadas, utilizando o critério administrativo, técnico e econômico, como, por exemplo, na economia de escala, redução de custos logísticos, racionalidade administrativa, facilita no gerenciamento contratual, diminuição da morosidade do processo licitatório e etc.

5.16. Isto posto, entendo devidamente justificada a vantajosidade da opção de realização de licitação por lote, caracterizando-se efetiva situação de exceção à regra.

6. DO RECEBIMENTO, ENTREGA E INSTALAÇÃO DO OBJETO

6.1. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, incluindo falhas no fornecimento, na instalação, na configuração ou no funcionamento dos sistemas de videomonitoramento. A entrega dos equipamentos será efetuada na sede da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré, localizada na Av. João XXIII, s/n, Centro, Município de Alto Alegre do Pindaré/MA, CEP nº 65.398-000, ou em outros locais indicados pela Administração, conforme estabelecido nas requisições ou ordens de fornecimento emitidas pelos órgãos municipais, de acordo com suas demandas.

6.2. Os equipamentos **deverão ser entregues, bem como instalados e devidamente configurados, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da solicitação formal da Administração, no horário de expediente dos órgãos municipais e nas localidades informadas nas respectivas requisições ou ordens de fornecimento.

6.3. A simples entrega dos equipamentos não implica em sua aceitação definitiva, tampouco a execução parcial dos serviços de instalação. O recebimento do objeto ocorrerá somente após a completa execução do fornecimento e da instalação, bem como após a



vistoria técnica e comprovação da conformidade pelo Corpo Técnico do Município, observando-se as seguintes etapas:

a) **Recebimento Provisório**, após a entrega dos equipamentos e a conclusão da instalação, para efeito de verificação da conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e na proposta contratada;

b) **Recebimento Definitivo**, após a verificação da conformidade dos equipamentos, da instalação, do funcionamento do sistema e do atendimento integral às especificações contratuais, o que ocorrerá em até **24 (vinte e quatro) horas** contadas do recebimento provisório.

6.3.1. Caso o prazo acima não seja observado, o recebimento definitivo do objeto consistirá no atesto da nota fiscal/fatura pelo gestor ou fiscal do contrato, após confirmada a conformidade do fornecimento e dos serviços executados, nos termos estabelecidos neste instrumento.

6.3.2. Verificada a existência de erro na nota fiscal/fatura, falhas nos equipamentos, defeitos na instalação, inadequações técnicas ou qualquer outra circunstância que inviabilize o recebimento definitivo, o processo ficará pendente e o pagamento suspenso, não podendo a CONTRATADA interromper a execução do contrato até a completa regularização das irregularidades identificadas.

6.3.3. Durante o período em que o recebimento definitivo permanecer pendente e o pagamento suspenso por culpa da CONTRATADA, não incidirá sobre o Município contratante qualquer ônus, inclusive de natureza financeira.

6.4. No fornecimento, transporte, armazenamento, instalação e funcionamento do objeto contratado deverão ser rigorosamente observadas todas as exigências legais, normas técnicas, padrões de segurança e regulamentos expedidos por órgãos oficiais reguladores e fiscalizadores competentes.

6.5. Não serão aceitos equipamentos, materiais ou serviços de instalação que estejam em desacordo com as especificações previstas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório ou na proposta vencedora, bem como aqueles que apresentem avarias, defeitos, falhas de funcionamento, violação de lacres ou instalação inadequada.

6.6. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA quanto a vícios ocultos, defeitos de fabricação, falhas de instalação ou de desempenho, que venham a se manifestar durante a utilização normal do sistema, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e da legislação aplicável.

6.7. Os equipamentos e serviços fornecidos em desacordo com o estabelecido neste Projeto Básico, no instrumento convocatório ou na proposta vencedora, ou que se revelem impróprios, insuficientes ou inadequados ao uso a que se destinam, serão rejeitados total ou parcialmente pela Administração.



6.7.1. A CONTRATADA ficará obrigada a substituir, corrigir ou refazer, no prazo máximo de até **24 (vinte e quatro) horas**, contado do recebimento da notificação expedida pelo Município, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE e independentemente da aplicação das penalidades cabíveis, os equipamentos, materiais ou serviços de instalação que forem recusados.

7 – GARANTIA DOS ITENS

7.1. Será exigida, no mínimo, a garantia oferecida pelo fabricante, no que diz respeito a quaisquer vícios que venham surgir quando do uso adequado do produto. Esta garantia não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, salvo disposição contrária do fabricante.

7.2 A garantia dos produtos deverá ser cumprida, mesmo após o término ou rescisão do contrato.

8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Indicar preposto, aceito pela Administração Pública, para representá-la na execução do contrato a ser celebrado, mantendo-o disponível durante toda a vigência contratual.

8.2. Executar o fornecimento dos equipamentos e os serviços de instalação dos sistemas de videomonitoramento conforme as especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação de mão de obra qualificada e em quantidade suficiente para o perfeito cumprimento do objeto, bem como fornecer todos os materiais, equipamentos, componentes, softwares, ferramentas e utensílios necessários à completa execução, instalação, configuração, integração e pleno funcionamento do sistema.

8.3. Realizar a instalação física e lógica dos equipamentos, incluindo montagem, fixação, passagem de cabeamento, conexões elétricas e de rede, configuração de softwares, ajustes técnicos e testes operacionais, assegurando o correto funcionamento do sistema nos locais indicados pela Administração.

8.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal ou gestor do contrato, os equipamentos, materiais ou serviços de instalação em que se verificarem vícios, defeitos, falhas de funcionamento ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.5. Prestar garantia mínima dos equipamentos e dos serviços de instalação pelo prazo estabelecido neste Termo de Referência, responsabilizando-se integralmente por defeitos de fabricação, falhas de desempenho, vícios ocultos e problemas decorrentes da instalação, sem qualquer ônus adicional para a Administração.



8.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, nos termos dos artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando a Administração Pública autorizada a descontar da garantia contratual ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA o valor correspondente aos prejuízos sofridos.

8.7. Utilizar empregados devidamente habilitados, capacitados e com conhecimentos técnicos compatíveis com os serviços a serem executados, em conformidade com as normas legais e técnicas vigentes.

8.8. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de providenciar, quando aplicável, os Equipamentos de Proteção Individual – EPI necessários à execução dos serviços.

8.9. Apresentar à Administração Pública, quando solicitado, a relação nominal dos empregados que atuarão na execução dos serviços.

8.10. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e demais encargos previstos na legislação específica, cuja inadimplência não transfere qualquer responsabilidade à Administração Pública.

8.11. Assumir integral responsabilidade por todas as providências e obrigações previstas na legislação de acidentes de trabalho, quando seus empregados forem vítimas durante a execução dos serviços ou em decorrência deles.

8.12. Apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e certidões de distribuição cível da mão de obra disponibilizada para atuar nas instalações do órgão.

8.13. Atender prontamente às solicitações da Administração Pública quanto à substituição de empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, quando constatado descumprimento das obrigações contratuais.

8.14. Instruir seus empregados a cumprir rigorosamente as normas internas da Administração Pública, devendo substituí-los imediatamente quando considerados inconvenientes à boa ordem ou às normas disciplinares vigentes.

8.15. Orientar seus empregados quanto às atividades a serem desempenhadas, vedada a execução de tarefas não abrangidas pelo contrato, devendo comunicar à Administração qualquer ocorrência que possa caracterizar desvio de função.

8.16. Relatar imediatamente à Administração Pública toda e qualquer irregularidade verificada durante a execução do contrato, inclusive falhas técnicas ou operacionais no sistema instalado.

8.17. Guardar absoluto sigilo sobre todas as informações, dados, imagens e registros obtidos em decorrência da execução do contrato, responsabilizando-se civil, administrativa e penalmente por eventual violação.



8.18. É vedada a veiculação de qualquer tipo de publicidade de interesse da CONTRATADA nos locais de instalação ou durante a execução dos serviços, salvo mediante autorização expressa e prévia da Administração Pública.

8.19. Elaborar e encaminhar à Administração Pública, quando solicitado, plano ou cronograma de execução dos serviços de instalação, contendo metodologia, prazos, locais de implantação e especificações técnicas, para prévia aprovação.

8.20. Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens públicos ou de terceiros, quando ocasionados por seus empregados ou prepostos durante a execução dos serviços.

8.21. Arcar com todas as despesas decorrentes de infrações legais, administrativas ou contratuais praticadas por seus empregados no exercício das atividades relacionadas ao contrato.

8.22. Zelar pela perfeita execução do objeto contratado, sanando imediatamente quaisquer falhas ou irregularidades identificadas, inclusive durante o período de garantia.

8.23. Manter preposto responsável pela execução do contrato, aceito pela Administração Pública, durante todo o período de vigência contratual, para representá-la sempre que necessário.

9 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. A CONTRATANTE se obriga a:

- a) emitir as Ordens de FORNECIMENTO
- b) acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, objeto do presente Contrato;
- c) atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução dos serviços, podendo recusar aqueles que não estejam de acordo com os termos deste Contrato, do Termo de Referência e da Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA.
- d) notificar a CONTRATADA quando os serviços não forem executados de acordo com os termos deste Contrato;
- e) efetuar os pagamentos à CONTRATADA, de acordo com a forma e prazo estabelecidos neste instrumento, observando neste instrumento, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;
- f) comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços;
- g) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;



- h) proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

10 – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O prazo de execução do objeto e a vigência contratual será até 31 de dezembro do ano em que foi assinado o contrato, e ambos terão termo inicial, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual, facultada sua prorrogação nas hipóteses previstas dos artigos 106 e 107, da Lei Federal nº 14.133/21, devidamente justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o Contrato.

10.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será até 12 (doze) meses à partir da data de sua assinatura, admitindo-se prorrogações, desde que ocorram dentro desse prazo.

10.3. - Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

10.4. - As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos lotes do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, não podendo ainda, exceder na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada lote registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, com fulcro no art. 32 do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023.

11 – DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da Nota fiscal/fatura no valor total correspondente aos itens

fornecidos durante os últimos 30 (trinta) dias antecedentes à data de emissão da referida Nota Fiscal. A mesma deve estar devidamente atestada por servidor designado para este fim.

11.1.1. A CONTRATADA deverá protocolar na sede desta Prefeitura a solicitação de pagamento, assinada e carimbada pelo representante legal da empresa em papel timbrado, contendo o nº do processo licitatório, as informações para crédito em conta corrente como: nome e número do Banco, nome e número da Agência e número da conta, anexando a Nota Fiscal devidamente atesta, emitida sem rasura, em letra bem legível, juntamente com cópia do contrato, cópia da nota de empenho como também as demais certidões atualizadas: Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, Certidão de Débitos Trabalhistas – CNDT, Certidão Negativa de Débito junto à Previdência Social - CND, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida por órgãos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e certidões negativas de débitos expedidas por órgãos das Secretarias de Fazenda do Estado e do Município.

11.2. Como condição para Administração efetuar o pagamento, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação;

11.3. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização do referido material;

11.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ com que foi cadastrado no departamento de cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré - MA, constante ainda da Nota de Empenho e do Contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo de filiais ou da matriz.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



12.1. Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme art. 17 do Decreto Federal 11.462/23.

13. DA CONTRATAÇÃO

13.1. A empresa vencedora, após homologação do procedimento licitatório, será convocada pelo Setor competente para assinatura do contrato mediante condições estabelecidas, previamente, no instrumento convocatório.

13.2. Aplicar-se-á ao contrato os mandamentos da Lei nº 14.133/2021, a legislação de proteção e defesa do consumidor, os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

13.3. Na hipótese da empresa vencedora não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas, a remanescente, terá igual prazo e condições de suas propostas, podendo ser negociada ainda a obtenção de melhor preço, sem prejuízo da aplicação das sanções prevista em lei.

13.4. Os termos do futuro contrato vincular-se-ão estritamente às regras deste Termo de Referência, do edital da licitação e seus anexos, e, ao conteúdo da proposta da licitante vencedora.

13.5. Para assinar o contrato, a empresa vencedora deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação.

14. DAS CONDIÇÕES DE REAJUSTE

14.1. Os preços contratados em decorrência do fornecimento do objeto somente serão reajustados, caso o prazo de fornecimento se estenda por período superior a 12 (doze) meses, sem culpa da contratada, contados da data da apresentação da proposta, por índices de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos dos produtos, observada a



periodicidade anual e as normas ditadas pelo Governo Federal, conforme previsto na Lei nº. 9.069/95.

15. DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. – Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA, o contrato será fiscalizado por servidor formalmente designado a quem caberá exercer as atribuições previstas, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. – A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, vícios ou produto inadequado ou de qualidade inferior, inclusive perante terceiros, não implicando corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes diante destes.

15.3. – O gerenciamento da execução do contrato ficará a cargo de servidor designado formalmente pelo Município, o qual cuidará de incidentes relativos a pagamentos, à documentação, ao controle dos prazos de vencimentos, eventuais prorrogações, reequilíbrio econômico-financeiro, etc.

15.4. O(s) servidor(es) designado(s) anotar(ã) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do futuro contrato, sendo-lhe(s) assegurada à prerrogativa de:

- a) fiscalizar e atestar o fornecimento dos produtos, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital da licitação e seus anexos e na proposta vencedora;
- b) comunicar eventuais falhas no fornecimento dos produtos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- c) garantir ao contratado acesso a toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados com o fornecimento dos produtos;
- d) emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo;



15.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor/fiscal do contrato⁵ deverão ser solicitadas a autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

15.6. A fiscalização exercida pelo Município não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste termo de referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);



c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa Moratória de 0,6% (seis décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) dias,

16.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Todas as sanções previstas neste Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante.



16.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. O Município terá direito, a qualquer tempo e lugar, de rejeitar quaisquer produtos fornecidos, que de alguma forma, não estejam em estrita conformidade com os requisitos especificados.

17.2. A CONTRATADA garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, quando estiverem procedendo a entrega, cabendo-lhe responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultante de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da contratante.

17.3. A CONTRATADA manterá a CONTRATANTE livre de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão.

17.4. Não será admitida proposta parcial, ou seja, com quantitativos inferiores ou superiores aos itens estabelecidos, nem descrição incompleta, ou seja, não será aceita proposta em desconformidade com as especificações constantes deste Termo.

18. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

18.1. O cronograma de desembolso será conforme quantitativo solicitado, de forma parcelada, a partir da liquidação dos produtos fornecidos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.



Apêndice do Anexo I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP



Unidade Requisitante

Secretário Municipal de Obras e Urbanismo



Alinhamento com o Planejamento Anual

A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização.



Equipe de Planejamento

FRANCIVALDO REIS DA SILVA



Problema Resumido

A Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré enfrenta a necessidade de adquirir, com serviço de instalação incluso, sistemas de videomonitoramento para diversos pontos da cidade, visando reforçar a segurança e o acompanhamento dos espaços públicos.

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.



DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE



A Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré possui a responsabilidade constitucional e administrativa de zelar pela segurança, organização e bem-estar da população, bem como pela preservação do patrimônio público e pelo adequado funcionamento dos espaços urbanos sob sua gestão. Nesse contexto, verifica-se a crescente necessidade de adoção de mecanismos modernos e eficazes de monitoramento, capazes de auxiliar o Poder Público no acompanhamento contínuo de áreas estratégicas do município.

Atualmente, diversos pontos da cidade apresentam grande circulação de pessoas, veículos e bens públicos, tais como vias de acesso, praças, prédios públicos, áreas de serviços essenciais e locais de maior vulnerabilidade, os quais demandam atenção constante por parte da administração municipal. A inexistência ou insuficiência de sistemas de videomonitoramento nesses locais dificulta a identificação de ocorrências, a prevenção de atos ilícitos, o controle de situações de risco e o apoio às ações das forças de segurança, comprometendo a eficiência das políticas públicas voltadas à segurança urbana.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a aquisição de sistemas de videomonitoramento com tecnologia adequada, incluindo o fornecimento dos equipamentos, softwares, infraestrutura necessária e a prestação dos serviços de instalação, configuração e testes operacionais. A contratação de solução integrada é fundamental para garantir o pleno funcionamento do sistema, a correta distribuição dos dispositivos nos locais definidos, a qualidade das imagens captadas e a confiabilidade das informações registradas.

Ressalta-se que a implementação de um sistema de videomonitoramento contribui significativamente para a prevenção de delitos, a inibição de práticas irregulares, a proteção do patrimônio público e a melhoria da sensação de segurança da população. Além disso, possibilita o registro de imagens que podem subsidiar investigações, processos administrativos e ações judiciais, bem como auxiliar na gestão do trânsito, na fiscalização urbana e no monitoramento de eventos e situações emergenciais.

Dessa forma, a aquisição e instalação de sistemas de videomonitoramento em diversos pontos do município de Alto Alegre do Pindaré configuram-se como medida necessária, urgente e de relevante interesse público, alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse coletivo, visando fortalecer a atuação da Administração Municipal e promover um ambiente urbano mais seguro, organizado e adequado às necessidades da população.



JUSTIFICATIVA

A aquisição de sistemas de videomonitoramento, com fornecimento dos equipamentos e execução dos serviços de instalação, mostra-se necessária e devidamente justificada diante das atribuições legais da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré, que possui o dever de promover a segurança, a ordem pública e a proteção do patrimônio sob sua responsabilidade.



A ausência de sistemas de monitoramento eletrônico em diversos pontos estratégicos do município limita a capacidade da Administração Pública de acompanhar, prevenir e responder de forma eficiente a ocorrências que possam comprometer a segurança da população, dos servidores públicos e dos bens municipais. Tal situação dificulta a adoção de medidas preventivas, o apoio às forças de segurança e a produção de registros que auxiliem em apurações administrativas e judiciais.

A implantação de um sistema de videomonitoramento moderno e integrado permitirá o acompanhamento contínuo de áreas de grande circulação e relevância social, contribuindo para a inibição de práticas ilícitas, a redução de danos ao patrimônio público e a melhoria da sensação de segurança dos munícipes. Ademais, as imagens captadas servirão como importante instrumento de apoio à gestão municipal, possibilitando maior controle, fiscalização e planejamento de ações preventivas.

Ressalta-se que a contratação contempla não apenas o fornecimento dos equipamentos, mas também os serviços de instalação, configuração e testes operacionais, assegurando o pleno funcionamento do sistema e a adequada aplicação dos recursos públicos, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

Dessa forma, a aquisição e instalação dos sistemas de videomonitoramento atendem a uma necessidade real e atual da Administração Municipal, sendo medida indispensável para o fortalecimento das políticas públicas de segurança urbana, melhoria da gestão dos espaços públicos e promoção do bem-estar coletivo, justificando plenamente a realização do procedimento de contratação pretendido.



REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

Trata-se de fornecimento de material comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais de mercado. As especificações foram revisadas considerando a utilização de materiais menos nocivos ao meio ambiente, com maior eficiência na utilização dos recursos naturais, certificações que qualifiquem o produto e outras ponderações que atendam a demanda (exemplo: INMETRO). Alguns itens de contratação dependerão do envio de amostras para conferência do produto em relação a especificação transcrita do processo de contratação e em relação ao atendimento do efetivo objetivo de cada item. Ficará a critério da equipe de estudos a solicitação das amostras dos itens arrematados, a qual poderá dispensá-la caso conheça do produto e sua eficiência.



Inicialmente é necessário trazer a diferença entre licitação por itens e licitação por lotes, sendo que na primeira o objeto é dividido em partes específicas, cada qual representando um bem de forma autônoma. Por sua vez, na segunda há o agrupamento de diversos itens que formarão o lote.

Destaca-se que para a definição do lote a Administração deve agir com cautela, razoabilidade e proporcionalidade para identificar os itens que o integram, pois os itens agrupados devem guardar compatibilidade entre si, observando-se, inclusive as regras de mercado para a comercialização dos produtos, de modo a manter a competitividade necessária à disputa.

Em determinados casos não é adequado o agrupamento de itens que, embora possuam o mesmo gênero, são produzidos e comercializados de forma diversa, de modo a ampliar a competitividade e obter o menor preço possível. Todas as peculiaridades envolvidas devem, então, ser avaliadas.

Tem-se que a regra é a realização de licitação por itens, exigindo-se justificativa adequada para a realização de certame por lotes, bem como a demonstração da vantagem dessa.

Nesse viés, as aquisições por parte de instituições públicas devem ocorrer por itens, todavia, no caso de opção de aquisição por lotes a composição destes deve ter justificativa plausível, observando os critérios administrativo, técnico e econômico.

Nesse interim, levando à luz do caso concreto, é vantajoso administrativamente a partir do momento em que se diminui a morosidade do processo licitatório, bem como, facilita no gerenciamento contratual, gerando diminuição no quantitativo de contratos a serem formalizados.

Além disso, a licitação por item, sem atrativo comercial, pode resultar em licitações desertas, frustradas ou grandes dores de cabeça na gestão contratual, vez que, fornecedores obrigados a entregar produtos com baixa materialidade, diante dos custos logísticos, sobretudo de transporte, podem desistir da entrega ou, no mínimo, impor resistência ao fornecimento.

Ademais, a compra por lote propicia em uma diminuição nos riscos inerentes à própria execução, pois, não restam dúvidas, o objeto pretendido, quando executado por vários contratados, poderá não ser integralmente entregue, tendo em vista problemas nas relações jurídicas mantidas com diversos contratados.

A outro tanto, no que tange ao critério técnico, também, está previsto, tendo em vista que, inicialmente afastou a inclusão de lote único, o que restringiria a participação, além de fazer a divisão de forma racional, levando em consideração um critério específico de aglutinação, qual seja similaridade entre os objetos assim agregados, com vistas a possibilitar a utilização de critério uniforme para a aplicação dos descontos alcançados.

Desta feita, só é será indevido o julgamento de menor preço por lote, quando for prejudicial a competitividade e quando for recomendável a divisão em vários objetos. Quando a aglutinação se dá por justificativas técnicas, como impedir prejuízos ao conjunto da contratação ou mesmo evitar



perda de economia de escala, ela será lícita, o que restou perfeitamente previsto no caso concreto.

No que tange ao critério Econômico, a licitação do tipo menor preço por lote há um grande ganho para a Administração na economia de escala, que aplicada no caso em tela, ou seja, na aquisição de medicamentos, implica em aumento de quantitativos significativos e, conseqüentemente, uma redução de preços a serem pagos pela Administração.

Nessa senda, o Acórdão TCU 5.260/2011-1C, atestou que não é ilegal o pregão por lotes, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem correlação entre si.

O TCU exige é a adequada justificativa para o agrupamento. É o que ficou claro no Acórdão 539/2013-P: “é preciso demonstrar as razões técnicas, logísticas, econômicas ou de outra natureza que tornam necessário promover o agrupamento como medida tendente a propiciar contratações mais vantajosas, comparativamente à adjudicação por item”.

Nesse sentido, também, a orientação firmada pelo então Ministro do TCU, José Jorge, segundo o qual: “a adjudicação por grupo ou lote não é, em princípio, irregular, devendo a Administração, nesses casos, justificar de forma fundamentada, no respectivo processo administrativo, a vantagem dessa opção”.

Desta feita, no caso dos autos, razões para essa justificativa já foram abordadas, utilizando o critério administrativo, técnico e econômico, como, por exemplo, na economia de escala, redução de custos logísticos, racionalidade administrativa, facilita no gerenciamento contratual, diminuição da morosidade do processo licitatório e etc.



SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO - LEVANTAMENTO DE MERCADO - ANÁLISE DE CENÁRIOS

Soluções Disponíveis para a aquisição de material para instalação do sistema de videomonitoramento da cidade para a Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré:

1. Compra direta de Materiais com empresa especializada

- Vantagens:
- Qualidade garantida, uma vez que se adquire nas especificações da secretaria.
- A natureza nova dos produtos assegura a máxima segurança e desempenho.
- Ampla variedade de marcas e modelos disponíveis no mercado, permitindo escolha conforme a necessidade municipal.



- Possibilidade de negociações diretas com fornecedores para conseguir melhores preços.
- Instalação por conta da empresa contratada
- Desvantagens:
 - Custo inicial elevado em comparação com outras alternativas, comprometendo o orçamento.
 - Necessidade de planejamento financeiro para a aquisição em grande quantidade, caso os estiques estejam muito baixos.



QUANTITATIVOS E VALORES

MATÉRIAS PARA INSTALAÇÃO

Numero	PRODUTO	UNIDADE	Valor Unitário	Valor total
01	CÂMERA BULLET IP VIP FULL HD 1230P INTELBRAS (Sensor de imagem 1/2.7" 2 megapixels CMOS Obturador eletrônico Automático Manual: 1/3s ~ 1/100.000s Pixels efetivos 1920 (H) x 1080 (V) Iluminação mínima 0,1 lux/F2.0 (Colorido, 1/3s, 30IRE) 0 lux/F2.0 (IR ligado) Relação sinal-ruído >50 dB Controle de ganho Automático/ Manual Balanço do branco Automático/ Natural / Externo Automático / Exterior / Manual / Personalizado Compensação de luz de fundo BLC/ HLC/ DWDR (60dB) Perfil Dia & Noite Automático (ICR) /Colorido/ Preto e Branco. Modos de vídeo Automático (ICR) /Colorido/ Preto e Branco Detecção de vídeo Até 4 regiões de detecção Lente Distância focal 3.6mm 2.8 mm Abertura máxima F2.0 Ângulo de visão H: 82° / V: 45° H: 102° / V: 55° Tipo de lente Fixa Alcance IR 30 metros IR inteligente Sim Comprimento de onda LED IR 850 Tipo de montagem Montada em placa Vídeo Compressão de vídeo H.264/ H.264B/ H.264H/ H.265/ MJPEG ¹ Compressão Inteligente Sim Resolução de imagem 2MP (1920x1080) / 16:9 1.3M (1280x960) / 4:3 1M (1280x720) / 16:9 D1 (704x480) / 22:15 VGA (640x480) / 4:3 CIF (352x240) / 22:15 Foto Até 1 foto por segundo Formato do vídeo NTSC Taxa de bit H.264: H.265:MJPEG: Taxa de frames 1 ~ 30 FPS Rede Interface RJ45 (10/100BASE- T) Máximo 24 Mbps Protocolos e serviços suportados TCP/IP, UDP, IPv4, IPv6, DHCP, ARP, ICMP, DNS, DDNS, RTSP,	90 UNID	R\$ 3.097,00	R\$ 278.730,00



	RTCP, HTTP, Filtro IP, SMTP, SSL, TLS, IGMP, FTP (modo passivo), NTP, RTP, Onvif, Intelbras Serviços DDNS Intelbras DDNS, DDNS No-IP®, DynDNS®.			
02	CAMERA IP SPEED DOME VIP3225 SD INTELBRAS - Quantidade de streams 3/ Resolução de imagem 2MP (1920x1080) / 16:9 1.3MP (1280x960) / 4:3 1MP (1280x720) / 16:9 D1 (704x480) / 22:15 CIF (352x240) / 22:15/ Aplicações e monitoramento Interface Web, Intelbras SIM Next, Intelbras IP Utility, ISIC e Defense IA / Natural/ Externo automático/ Saída de vídeo Conector RJ – 45 Ethernet (8P8C)/ Alimentação DC 12V/5A, Poe Ativo (802.3at).	5 UNID	R\$ 27.404,00	R\$ 137.020,00
03	HD 4 TERABYTE (Disco rígido especial para segurança eletrônica » Operação 24 horas por dia 7 dias por semana » Estabilidade na gravação de dados » Velocidade de disco controlada » Dissipação de calor otimizada » Baixo consumo de energia e nível de ruído » Compatível com as principais marcas de CFTV » 3 anos de garantia. MTBF (horas) ³ 1.000.000. Taxa de carga de trabalho anual 4 180 TB/ano. Ciclos de carga/descarga 5 300.000. Taxa de erros (não recuperáveis). Consumo operacional 5,3 W. Consumo ocioso 4,9 W. Modo Stand by e Sleep 0,4 W).	03 UNID	R\$ 8.010,00	R\$ 24.030,00
04	GRAVADOR DIGITAL DE VIDEO NVD 32CH INTELBRAS (Sistema Processador Principal Microprocessador dual core de alto desempenho Sistema operacional Linux® embarcado Entrada de vídeo Suporte para câmeras IP 32 Protocolos suportados INTELBRAS-1 e Onvif Perfil S Suporte a fluxos de video simultâneos (streams) de uma mesma câmera 3 Suporte à câmeras de outras marcas ¹ Onvif Perfil S Áudio Entrada para áudio 1 canal, RCA. Saída para áudio 1 canal, RCA Suporte à câmeras IP com áudio 32 Compressão de áudio suportado G.711 e AAC Visualização Saídas de vídeo 1 HDMI e 1 VGA Resoluções suportadas no monitor HDMI 1 1920 × 1080, 1280 × 1024, 1280 × 720 Resoluções suportadas no monitor	03 UNID	R\$ 19.760,00	R\$ 59.280,00
05	CABO DROP FIBRA OPTICA (Número de fibras Tipo de fibra Revestimento da fibra Elemento de sustentação 1 a 12 fibras Primário Aramida Diâmetro externo nominal (mm) Até 6 fibras Massa nominal (kg/km) 5,0x9,4mm 12 fibras 5,2x9,4mm Capa Externa Com proteção anti - UV Tubo Loose Capa em plástico de engenharia preenchido com geléia Elemento de tração Arame metálico Ø1,3mm Cordão de rasgamento Colocado sob a capa do cabo Grau de proteção do cabo COG Até 6 fibras 50 12 fibras 51. MECÂNICAS E AMBIENTAIS Valor ESFORÇ O 10	8 KM	R\$ 3.805,00	R\$ 30.440,00



	100 Unidade Óptica Tração (Kg) Compressão (Kg) 150 75 -20 a +65 Vão máximo para flecha de 1% (m) 80 Temperatura de operação (°C) Curvatura Na instalação (mm) Em operação (mm) Torção 10 ciclos Figura 8 125 Tipo de fibra óptica Comprimento da onda Acréscimo ou variação (máx) Medida (mn) Coeficiente de atenuação Atenuação (dB) (dB/Km) Multimodo Monomodo 1310 ± 20 1550 ± 20 0,4 0,6 0,6 0,4).			
06	CABO LAN CAT6 e 100% COBRE (Resistência elétrica (20°C) 93 Ω/km Impedância característica 100±15Ω Velocidade de propagação nominal 68% Desequilíbrio resistivo médio 3,6% Capacitância mútua 4,9 nF/m Desequilíbrio Capacitivo 330 pF/m IL5CYY IMPACT LAN UTP CAT5e 4P Cabo U/UTP LAN para redes de dados categoria CAT.5e » 8 vias de cobre 24 AWG; » Frequência de operação: até 100 MHz; » Impedância 100 Ohms; » Classificação frente à chama CMX 70°C; » Condutores sólidos de cobre; » Capa isolante em PVC; » Sem blindagem; » Uso interno. Especificações técnicas Código IL5CYY Modelo IMPACT LAN UTP CAT5e 4P Aplicação Redes de transmissão de dados e CFTV IP Isolamento do condutor PVC com diâmetro nominal de 0,90mm Condutores Cobre 24 AWG Capa PVC retardante a chama CMX 70°C intelbras.com.br Características de transmissão Frequência Atenuação (dB/100m) máximo RL (dB/100m) mínimo Next (dB/100m) mínimo PSNEXT (dB/100m) mínimo ELFEXT (dB/100m) mínimo PSELFEXT (dB/100m) mínimo PROPAGAÇÃO Delay máximo 1 MHz 2,0 20,0 65,3 62,3 63,8 60,8 509,30 4 MHz 4,1 23,0 56,3 53,3 51,8 48,8486,18 8 MHz 5,8 24,5 51,8 48,8 45,7 42,7 483,58 10 MHz 6,5 25,0 50,3 47,3 43,8 40,8 482,78 16 MHz 8,2 25,0	03 CAIXAS (305 METROS CADA CAIXA)	R\$ 2.915,00	R\$ 8.745,00
07	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE FIBRA OPTICA Placas De Identificação Fibra Óptica Tamanho 9cm x 5cm(norma ABNT) Material do produto: PS de alto impacto com tratamento ANTI-UV e alta solidez a luz.	01 CAIXAS	R\$ 2.412,00	R\$ 2.412,00
08	ROTEADOR TECNOLOGIA MESH TP-LINK EX510 DUAL BAND AX3000 O uso de Wi-Fi 6 (802.11ax) e seus recursos, incluindo OFDMA e 1024-QAM, exigem que os clientes também suportem os recursos correspondentes. Wi-Fi 6 Dual Band AX3000: 2402 Mbps (5 GHz) + 574 Mbps (2,4 GHz).	01 UNID	R\$ 3.853,00	R\$ 3.853,00
09	CABO PP 1.5mm 3 VIAS (Flexível, 3x1.5mm, rolo de 100 metros, tamanho LxAxP/cm 38x10x38cm)	5 CAIXAS (100 METROS CADA CAIXA)	R\$ 2.850,00	R\$ 14.250,00
10	NOBREAK 1800VA 220V (Potência nominal de pico 1800 VA / 600 W. Tensão nominal de entrada	01 UNID	R\$ 7.005,00	R\$ 7.005,00



	220 V~.Variação da tensão 165-265 V~. Frequência 60 Hz. Disjuntor 10 A. Cabo de força Cabo de 1,2 m com plugue tripolar de acordo com a norma NBR 14136. Frequência no modo Bateria 50 / 60 Hz ± 1 Hz. Tomada (NBR 14136)6 tomadas de 10 A. Proteção contra sub/sobretensão Passa a operar no modo Bateria. Proteção contra sobrecarga nasaída Modo Rede: fusível rearmável Modo Bateria: limitador de corrente interno. Bateria interna Selada chumbo-ácido (VRLA). Quantidade e capacidade 2 x 12 V 7 Ah. Barramento 24 V. Corrente de carga 1 A. Tempo de cargasem bateria externa Até 10 h. Dimensões (L x A x P) 149 x 162 x 353 mm. Peso 7,89 kg.			
11	CAIXA MULTIUSO HERMETICA PT GRANDE (Material anti-chama (não propaga o fogo). PP com proteção UV e estabilizador térmico. Travamento manual Flip ToP. Sistema de proteção contra violação.Sistema de vedação 100% segura de chuva. Grau de proteção IP 65)	29 UNID	R\$ 2.510,00	R\$ 72.790,00
12	Cinta BAP3 ajustável com parafuso slin 1200MM (DESCRIÇÃO LARGURA ESPESSURA) Fabricada em aço galvanizado a fogo, Comprimento: 120 cm x Largura: 3cm x Espessura: 2mm (33 furos)	29 UNID	R\$ 855,00	R\$ 24.795,00
13	CONECTORES FIBRA SC/UPC SM ROSCA (Insertion Loss dB $\leq 0,3$ (1310nm e 1550nm) Return Loss dB ≤ -40 Força da fibra nua N > 5 Força do revestimento N > 10 Torsão N > 50 Resistência a tração dB IL $\leq 0,2$ e RL ≤ 5 Durabilidade mecânica (500x) dB IL $\leq 0,2$ e RL ≤ 5 Temperatura de operação °C -5 a +70 Temperatura de armazenamento °C -40 a +85. Em conformidade com o Requisito ANATEL Categoria III Em conformidade com a norma internacional IEC 61754-4).	100 UNID	R\$ 112,00	R\$ 11.200,00
14	RACK 8U PAREDE (Tamanho 8U Padrão 19 Polegadas Dimensão Externas (L x A x P) 550 x 422 x 570 mm Distância entre perfis de fixação (mínimo e máximo) 292 mm e 380 mm Dimensões Perfil de Fixação Conformenorma IEC297 e DIN 41494 Peso 13,14 Kg Estrutural Porta Acrílico e Fecho com Chave Abertura Direita ou Esquerda Material Aço SAE 1008).	01 UNID	R\$ 12.400,00	R\$ 12.400,00
15	TV 60" FULL HD Tecnologia: FULL HD LED. Polegadas: 60. Recursos: Smart Sistema operacional: Android. Conectividade: Wi-Fi. Entradas: 01 Porta LAN - 02 HDMI - 01 USB - Entrada Vídeo/Entrada de áudio estéreo/mono - Entrada ANT/CABLE. Frequência: 60Hz. Processador: 4 Core. Tela: Formato da tela WideScreen. Ângulo de visão: 178º. Vida útil do painel 30.000 horas Diagonal visual 101cm. Imagem Número de cores 16.7M. Recursos de	06 UNID	R\$ 30.100,00	R\$ 180.600,00



	imagem - Dinâmico - Padrão - Esporte - Filme - Smart HDR. Recursos de vídeo - Ajustes de contraste - Brilho - Cor - Contraste dinâmico. Tempo de resposta 8,5 Sistema de cor RGB Conversor digital integrado. INMETRO 5816/201.			
16	PLACA METRO DE FIBRA 2 PORTAS COM 4 SAIDA RJ45 Switch Placa Rede Metro Giga Gigabit 1000mb Gbic A B-2p j45/PlacaMetro Switch Giga para Rede Metro Versão 2.0; 8 Portas RJ45 Gigabit com LEDs; 2 Gbics integrados de 20KM; Compatível com Conversores de Mídia Fast (/100Mbps) e Giga (/1000Mbps); Alimentação: 5v*2A até 12v*2A, fonte Plug P4; Capacidade: 1.25 Giga	24 UNID	R\$ 1.654,00	R\$ 39.696,00
17	SUPORTE DA CAMERA SPEED DOME - KL	5 UNID	R\$ 1.724,00	R\$ 8.620,00
18	PLACA METRO DE FIBRA 2 PORTAS 2 SAIDA RJ45 Switch Placa Rede Metro Giga Gigabit 1000mb Gbic A B-2p j45/PlacaMetro Switch Giga para Rede Metro Versão 2.0; 8 Portas RJ45 Gigabit com LEDs; 2 Gbics integrados de 20KM; Compatível com conversores de Mídia Fast (/100Mbps) e Giga (/1000Mbps); Alimentação: 5v*2A até 12v*2A, fonte Plug P4; Capacidade: 1.25 Giga	6 UNID	R\$ 1.464,00	R\$ 8.784,00
19	PC COMPLETO PC Completo Processador Intel I5 3ª 16gb Ssd 420gb Gt420 4gb; monitor de 19 pol., teclado, mouse.	01 UNID	R\$ 16.027,00	R\$ 16.027,00
20	SUPORTE TV 60	05 UNID	R\$ 1.055,00	R\$ 5.275,00
21	CONECTOR RJ45 E OUTROS	100 UNID	R\$ 17,00	R\$ 1.700,00
22	FONTE 5V 1A	35 UNID	R\$ 467,00	R\$ 16.345,00
23	FONTE 12V 2A	35 UNID	R\$ 669,00	R\$ 23.415,00
24	BATERIA FREEDON DF4000 12V 240AH - PP	1 UNID	R\$ 10.895,00	R\$ 10.895,00

MAO DE OBRA ESPECIALIZADA				
Numero	PRODUTO	UNIDADE	Valor Unitário	Valor total
01	LANÇAMENTO DE FIBRA	8 KM	R\$ 8,60	R\$ 68,80
02	Instalação CAMERA BULLET	90 UNID	R\$ 525,00	R\$ 47.250,00
03	Instalação CAMERA SPEED	5 UNID	R\$ 568,00	R\$ 2.840,00
04	CONFIGURAÇÃO NVR 32 (	3 UNID	R\$ 257,33	R\$ 771,99
05	Instalação PC COMPLETO + configuração do sistema e instalação de programas necessários	1 UNID	R\$ 350,67	R\$ 350,67
06	Instalação dos HD's	3 UNID	R\$ 214,33	R\$ 642,99
07	Instalação CAIXA HERMETICA	29 UNID	R\$ 165,00	R\$ 4.785,00
08	Instalação PLACA METRO 2	6 UNID	R\$ 116,67	R\$ 700,02
09	Instalação PLACA METRO 4	24 UNID	R\$ 116,33	R\$ 2.791,92



10	Instalação FONTE 5V 1 A	35 UNID	R\$ 74,00	R\$ 2.590,00
11	Instalação FONTE 12V 2 A	35 UNID	R\$ 76,00	R\$ 2.660,00
12	Instalação BATERIA FREEDON	1 UNID	R\$ 321,00	R\$ 321,00

A estimativa dos custos da contratação do objeto pretendido se deu através de propostas por e-mail, tendo sido constatado o valor estimado da contratação com base nos quantitativos exigidos não excederá o valor de **R\$ 1.064.079,39 (um milhão sessenta e quatro mil setenta e nove reais e trinta e nove centavos)**



PRAZOS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Cronograma de Desembolso:

A gestão eficiente de recursos na contratação requer um cronograma de desembolso que seja não apenas claro e transparente. Dito isto, tendo em vista que a aquisição se dará de uma única vez, propomos um cronograma de desembolso conforme quantitativo solicitado.

Prazo de Pagamento:

Para assegurar uma relação justa e equilibrada com os fornecedores, propomos que o pagamento seja efetuado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da emissão da competente nota fiscal, detalhando a entrega dos itens. Esse compromisso demonstra responsabilidade financeira e fortalece parcerias sustentáveis, além de proporcionar aos fornecedores um ambiente favorável para a continuidade e qualidade dos serviços prestados.

Benefícios da Abordagem Proposta:

Parcerias Sólidas: O pagamento dentro do prazo fortalece as relações com os fornecedores, incentivando parcerias duradouras e garantindo a continuidade do fornecimento.

A proposta de um cronograma de desembolso fixo, associado a pagamentos dentro do prazo estabelecido, representa uma abordagem equilibrada e eficaz para a gestão financeira. Essa estratégia não apenas otimiza o uso dos recursos públicos, mas também fortalece a transparência, a eficiência e as relações colaborativas com os fornecedores.



JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO



RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se contratar os itens descritos nesta solução com o melhor preço, com qualidade que atenda a especificação, correspondendo às necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré - MA. Além disso, visa atender as necessidades da secretaria, buscando a qualidade do atendimento ao público



IMPACTOS AMBIENTAIS

Conforme o Guia de Contratações Sustentáveis, uma licitação sustentável é aquela que integra considerações socioambientais em todas as suas fases, com o objetivo de reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente e, conseqüentemente, aos direitos humanos. Dessa forma, a sustentabilidade se torna uma solução para implementar questões ambientais e sociais em todos os estágios do processo de compra e contratação da administração pública, objetivando reduzir os impactos à saúde humana, animal e ao meio ambiente como um todo.

Uma compra licitatória sustentável permite que a demanda seja atendida em conformidade as necessidades do órgão ao qual se destina e, ainda, oferecendo benefícios para a sociedade e ao meio ambiente. A nova lei de licitações estipula que o processo licitatório tem por objetivo o incentivo a inovação e ao desenvolvimento nacional sustentável. Desse modo, para a presente aquisição serão observados os seguintes critérios de sustentabilidade:

- a) Produtos acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, fabricada em material reciclável ou biodegradável;
- b) Comprovação das empresas de que seus produtos atendem aos requisitos de sustentabilidade ambiental;



DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE



As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos **DECLARAR** que a contratação em questão é **PLENAMENTE VIÁVEL**.



CONCLUSÃO

Após avaliar as alternativas, a recomendação é a realização de uma licitação para selecionar fornecedores. Essa alternativa permite que o município tenha acesso a um leque maior de opções, garantindo a qualidade, segurança e preço competitivo.

Recomenda-se que a licitação seja conduzida de acordo com os dispositivos da Lei 14.133/21, estabelecendo critérios objetivos de seleção, como capacidade técnica, preço, prazo de entrega e garantia dos produtos.

Além disso, é importante estabelecer cláusulas contratuais que garantam a conformidade com as normas de segurança e qualidade estabelecidas.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 – CPL/PMAAP

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº xxx/xxx/PMAAP

PROCESSO Nº 325/2025

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO
PINDARÉ, ATRAVÉS DA SUA PREFEITURA MUNICIPAL E A
EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:**

O **MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA**, através da sua **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ– PMAAP/MA**, sediada na Av. João XXIII, S/N - Centro, Alto Alegre do Pindaré/MA, CNPJ Nº 01.612.832/0001-21, neste ato representado respectivamente pelo Prefeito Municipal Sr. **JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 0000065717937 SESP/MA e inscrito no CPF sob o nº 467.294.103-53, residente e domiciliado, nesta Cidade, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº
RESOLVEM celebrar o presente Contrato decorrente da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 002/2026 – CPL/PMAAP** e do **PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 325/2025**, com fundamento da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto

Nº	ITEM	UND	QTD.	Unitário	Total
01					



...					
VALOR TOTAL ESTIMADO			R\$		
Nota explicativa: A tabela acima é meramente ilustrativa, caso seja extensa – deverá ser mencionado que constará em “documento apenso”, devendo compatibilizar-se com aquela prevista no Termo de Referência e com a proposta vencedora.					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será até 31 de Dezembro do ano em que o contrato foi assinado, podendo ser prorrogado conforme artigo 106, da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$(.....).

3.2. O cronograma de desembolso será realizado em uma única etapa, durante a vigência do contrato, inciso II do art. 141, da Lei Federal nº 14.133/21.

3.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, na classificação abaixo:

XX

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. O pagamento será feito pela Secretaria respectiva, em moeda corrente nacional, mediante Transferência Bancária Eletrônica, direto na Conta da Contratada e ocorrerá até no máximo de 30 (trinta) dias após a liquidação do serviço prestado, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal ou Fatura;

5.2. A CONTRATADA deverá protocolar na sede desta Prefeitura a solicitação de pagamento, assinada e carimbada pelo representante legal da empresa em papel timbrado, contendo o nº do processo licitatório, as informações para crédito em conta corrente como: nome e número do Banco, nome e número da Agência e número da conta, anexando a Nota Fiscal devidamente atesta, emitida sem rasura, em letra bem legível, juntamente com cópia do contrato, cópia da nota de empenho como também as demais certidões atualizadas: Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, Certidão de Débitos Trabalhistas – CNDT, Certidão Negativa de Débito junto à Previdência Social - CND, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida por órgãos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e certidões negativas de débitos expedidas por órgãos das Secretarias de Fazenda do Estado e do Município.



5.3. Como condição para Administração efetuar o pagamento, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação;

5.4. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do equipamento fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização do referido equipamento;

5.5. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ, constante da Nota de Empenho e do Contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo de filiais ou da matriz.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES (art. 92, V)

6.1. O preço contratado é fixo e irrevogável.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. A entrega será efetuada na sede da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré, localizada na Av. João XXIII, S/N - Centro, Município Alto Alegre do Pindaré – MA, CEP nº 65.398-000, nas quantidades estabelecidas na (s) requisição(ões)/ordem(ns) de fornecimento emitida(s) pelos órgãos municipais, conforme suas demandas.

7.2 Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento da solicitação, no horário de expediente externo dos órgãos municipais, e nas localidades informadas na (s) requisição(ões) /ordem(ns) de fornecimento respectivas.

7.3. A simples entrega do produto pelo fornecedor não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade pelo Corpo Técnico do Município, logo serão recebidos:

a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito da verificação da conformidade com as especificações constantes neste instrumento e na proposta contratada;

b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes neste instrumento e na proposta contratada, e sua consequente aceitação, que se dará em até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento provisório.

7.3.1. Para fins do disposto no item anterior, caso o prazo acima não seja observado, o recebimento definitivo dos produtos consistirá no atesto da nota fiscal/fatura, pelo gestor/fiscal do contrato, nos termos estabelecidos neste instrumento, após verificada a conformidade do produto.



7.3.2. Se houver erro na nota fiscal/fatura, ou qualquer outra circunstância que desaprove o seu recebimento definitivo, o mesmo ficará pendente e o pagamento suspenso, não podendo a contratada interromper a execução do contrato até o saneamento das irregularidades.

7.3.3. Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da contratada, não incidirá sobre o Município contratante quaisquer ônus, inclusive financeiro.

7.4. No fornecimento do objeto deverão ser obedecidas as exigências e normas de conservação, de transporte e de comercialização, instituídas pelas Agências e Órgãos Oficiais reguladores e/ou fiscalizadores.

7.5. Não serão aceitos objetos que estejam divergentes daqueles especificados neste Termo de Referência ou que apresente qualquer espécie de avaria ou violação.

7.6. O recebimento definitivo dos objetos, não exclui a responsabilidade da contratada quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pela Contratante, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

7.7. Os produtos fornecidos em descordo com o estipulado neste Projeto Básico, no instrumento convocatório e na proposta vencedora ou que se apresentem impróprios para uso, serão rejeitados totalmente pela Administração.

7.7.1. O fornecedor ficará obrigado a substituir no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da notificação expedida pelo Município, independente da aplicação das penalidades cabíveis e sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, os produtos que venham a ser recusados.

8. CLAÚSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

8.1. A execução dos serviços será formalizada por intermédio da expedição de competente Ordem de Serviços, obedecida a seguinte sistemática pela CONTRATADA:

I – Aprovação do orçamento pelo fiscal do contrato da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré–MA;

II – Encaminhamento da Ordem de Compra à CONTRATADA a fim de que, a partir do recebimento execute os serviços;

III – Aplicar e utilizar na execução dos serviços, desde que, todas as partes envolvidas concordem;

IV – Emissão de Nota Fiscal (NF) pela CONTRATADA e encaminhamento da mesma ao fiscal de contrato para que faça a avaliação dos serviços prestados e proceda o encaminhamento da Nota Fiscal para pagamento junto à unidade contábil–financeira da Prefeitura de Alto Alegre do Pindaré;

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI, XVII, X, XI e XIV).



9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I**.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV).

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/21, de 2021 a Contratada que:

10.1.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. Fraudar na execução do contrato;

10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. Cometer fraude fiscal;

10.1.6. Não mantiver a proposta.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.3. Multa moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até a data do efetivo inadimplemento, observando o limite de 30 (trinta) dias;

10.3.1. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3.2. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.3.4. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Alegre do Pindaré/MA com o consequente descredenciamento no Sistema de Cadastro Próprio da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA pelo prazo de até cinco anos;

10.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.4. Também ficam sujeitas às penalidades da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

10.4.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.4.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.4.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

10.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastro Próprio da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)



11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos arts. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa previstas nos arts. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.1.3. A Subcontratação total, sendo permitido até o limite de 30%, após consulta a CONTRATANTE.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas gerais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município e disponibilizar no Portal Nacional de Compras Públicas, no prazo previsto no art. 94, I da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Luzia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/21.



P R E F E I T U R A D E
**Alto Alegre
do Pindaré**
Juntos para *fazer muito mais*

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em três (três) vias de igual teor na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Alto Alegre do Pindaré/MA, de de 20XX.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF: _____

2. _____ CPF: _____





PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 – CPL/PMAAP

ANEXO III

“MODELO DE DECLARAÇÃO”

Ilmo. Sr.

Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA

DECLARAÇÃO CONJUNTA

Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 – CPL/PMAAP.

Prezado Senhor,

A empresa, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a), portador (a) da CI nº e do CPF nº, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

1) Quanto a inexistência de fato impeditivo de licitar; nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/21, que até a presente data nenhum fato ocorreu que a inabilite a participar do PREGÃO em epígrafe, e que contra ela não existe nenhum pedido de falência ou concordata. Declara, outrossim, conhecer na íntegra o Edital e que se submete a todos os seus termos.

a) Declara ainda, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21, que não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

b) Declara também, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21, que não incide em suas hipóteses vedadas.



c) Declara ainda, para fins do disposto na Lei Federal 14.133/21, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz

2) Quanto à elaboração independente de proposta:

a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente (pelo licitante), e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas;

f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data

Nome e assinatura do representante legal

[Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima - Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique o órgão (ou empresa) emissor]